

Economia Brasil

NOVA ORDEM MUNDIAL

Brasil paga caro para resistir à pressão externa

Colapso financeiro na Ásia obrigou o governo brasileiro a adotar medidas amargas, que podem aumentar as desigualdades, para assegurar a manutenção do Plano Real em um ano de eleição

ROGER COHEN
New York Times News Service

O banqueiro brasileiro Edmar Bacha mudou de rotina. Todas as tardes ele entra na Internet, lê a edição do dia seguinte do *The Korea Herald* e decide o que vai dizer aos ansiosos executivos da Merrill Lynch e da Fidelity Investments que insistem em perguntar o que vai acontecer com o Brasil.

"Eu fico muito preocupado nos dias em que os coreanos não parecem tão preocupados quanto eu", disse Bacha. "Sejamos francos; se a Coreia do Sul e a Indonésia se saírem mal e o Japão for atingido, quem vai ligar para o ajuste fiscal no Brasil ou em qualquer outro lugar?" E acrescenta: "Todos fugirão daqui, de volta aos bônus do Tesouro dos Estados Unidos."

Desde que a crise asiática se aprofundou, em outubro, o Brasil enrinchei-se para o que funcionários graduados do governo brasileiro chamam de "o equivalente moral de uma guerra" — uma guerra para impedir que o País seja "o próximo dominó".

A aposta é imensa. Argentina e México são anos em comparação com o Brasil, que constitui, por seu tamanho e sua influência, a chave para a prosperidade e estabilidade da América Latina. É o quinto país do mundo em tamanho, cuja população de 163 milhões é superior à da Rússia, e exibe uma produção industrial maior que a da China. E apesar de suas frequentes implicações com o domínio dos Estados Unidos no cenário pós-guerra fria, o Brasil acabou abrindo sua economia para o mundo. Sua transformação ilustra a revolução de mercado que induziu um crescimento econômico de 5% na América Latina em 1997, mais US\$ 45 bilhões em investimentos diretos.

Mas essa mudança, vital para os interesses dos Estados Unidos, agora parece caminhar sobre o fio da navalha. Francamente, o Brasil personifica a dúvida: será que as pressões da economia global extraem um custo demasiado alto na estabilidade de uma sociedade classificada entre as mais desiguais do mundo?

As medidas que o Brasil adotou para resguardar sua moeda — as quais por enquanto têm agradado os mercados globais — estão atingindo os pobres e a classe média. A crise asiática representou altas taxas de juros e empregos perdidos. Muitos brasileiros que estavam comprando carros e fogões a prazo não podem mais fazê-lo, porque o esforço para atrair capitais estrangeiros empurrou as taxas de juros para a vizinhança dos 40% ao ano.

Dezenas de milhares de funcionários públicos foram dispensados, milhares de trabalhadores na indústria automobilística, encostados. O presidente Fernando Henrique Cardoso está arcando com um preço político: pesquisa conduzida por um jornal indicou sua popularidade caindo abaixo dos 50% pela primeira vez.

O Brasil esquivou-se de um acordo com o Fundo Monetário Internacional, que autoridades do País equiparam a uma perda de soberania, genuflexão perante os Estados Unidos, e o fracasso dos programas do FMI durante a crise da dívida nos anos 80. O País tenta curvar-se diante das forças de mercado, ao mesmo tempo em que retém sua identidade nacional e influência regional, para ingressar na economia global em seus próprios termos.

Companhias americanas têm despejado dinheiro na América Latina, respondendo por uma grande parcela do recorde de US\$ 16 bilhões investidos no Brasil no ano passado, o volume inédito de US\$ 9 bilhões na Argentina, e a cifra surpreendente de US\$ 12 bilhões no México. A Bell South teve de desembolsar US\$ 2,5 bilhões para ter o direito de explorar a telefonia móvel de São Paulo.

Os déficits brasileiros, contudo, e a moeda reconhecidamente supervalorizada em cerca de 15% mantêm os mercados internacionais nervosos. "O Brasil é um caso à parte de risco financeiro", disse Jeffrey Sachs, à frente do Instituto de Desenvolvimento Internacional, da

Universidade de Harvard. "O problema é a moeda supervalorizada e a recessão fermentando à entrada de um ano eleitoral", completou.

O governo brasileiro, todavia, está desesperado para evitar uma desvalorização, que se iguala a um retorno à hiperinflação extinta quando o real, âncora do apoio a Cardoso, foi adotado em 1994.

"O povo está sofrendo", disse o ministro Pedro Malan, da Fazenda, "mas sofreria mais ainda se não fizéssemos o que é preciso para preservar o Plano Real."

A questão à espera de resposta, entretanto, é se a abertura vai distribuir prosperidade ou concentrá-la ainda mais. Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sugerem que os 20% mais ricos da população brasileira ainda detêm mais de 60% da riqueza nacional, enquanto os 20% mais pobres respondem por apenas 2%. Nos Estados Unidos, os 20% mais ricos tomam 42% da renda nacional, e os 20% mais pobres ficam com 5%.

Assim, o Brasil é um símbolo supremo para o continente latino-americano onde, apesar de quase uma década de abertura para a economia global, a ONU estima que 40% da população é pobre e um entre quatro habitantes sobrevive com menos de US\$ 1,00 por dia.

No oeste do Estado de São Paulo, numa área conhecida como Pontal, nuvens de poeira vermelha espalham-se em paisagem vasta e vazia. O cultivo é raro; esparsas cabeças de gado dão sinais de vida isolados. Lavradores sem-terra acampam sob abrigos precários, lembrete das mazelas que roem a economia mesmo no mais avançado dos Estados brasileiros.

Numa escola na pequena cidade de Teodoro Sampaio, senta-se Miriam Farius de Oliveira, recentemente dispensada de seu emprego de US\$ 200,00 por mês, organizando a distribuição de merendas escolares. Ela é uma entre os mais de 30 mil funcionários públicos demitidos enquanto o Brasil procura preservar a moeda contra os golpes asiáticos. "Disseram que não passei no concurso exigido para o emprego; nem me preveniram", disse.

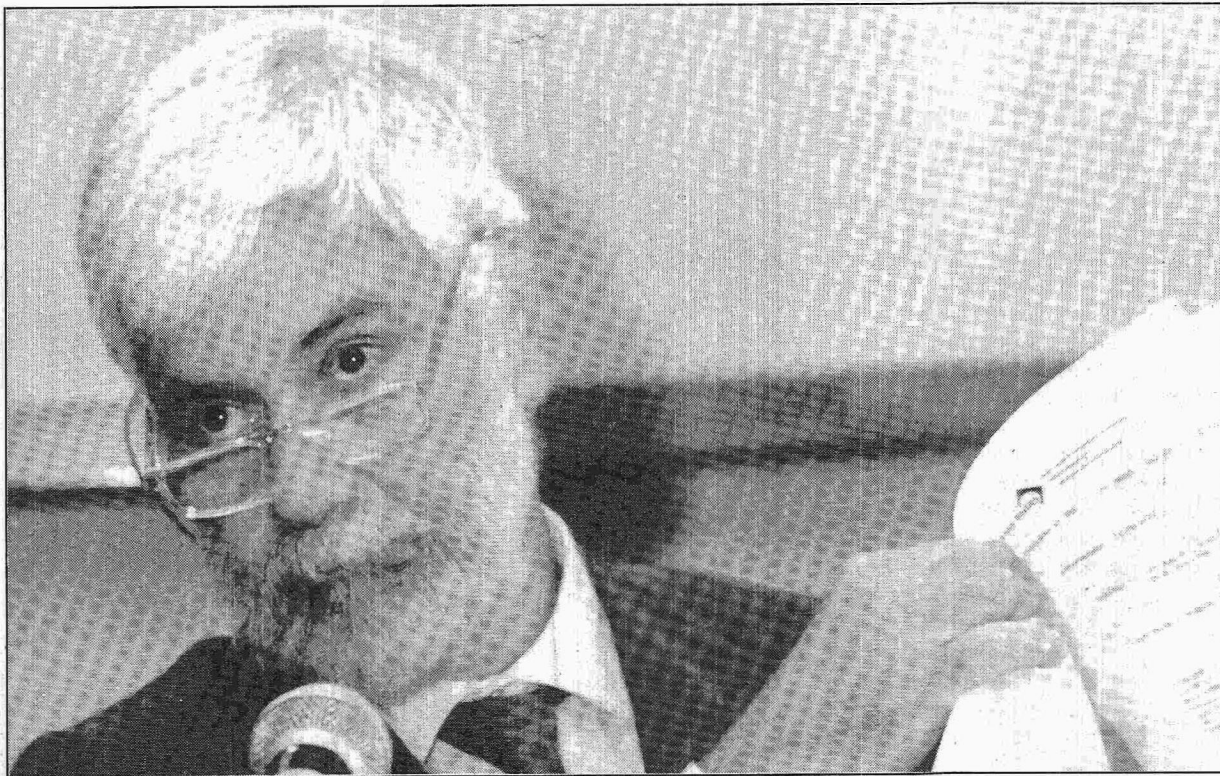
Miriam, 46 anos, divorciada, vive com seus dois filhos numa casinha de aluguel. Mesmo antes da crise na Ásia, ela havia passado um ano difícil. Em 23 de fevereiro de 1997, foi atingida a tiros por homens aparentemente contratados por latifundiários da região. A bala amassou três costelas. "Nunca perdi a consciência", ela contou. "Respirei fundo; eu estava muito triste e rezei para não morrer; sabe, este é um país de violência e sofrimento."

O tiroteio ocorreu em local ocupado pelo Movimento dos Sem-Terra, quando Miriam carregava uma bandeira vermelha, em apoio à ocupação, e foi acertada por "pistolheiros".

A abertura da economia no Brasil ocorreu em meio a uma situação de pobreza extrema, que deixa exércitos de migrantes miseráveis à deriva pelo País em busca de meios de sobrevivência. Durante os anos 70 e 80, milhões de brasileiros migraram do campo para a periferia das cidades, muitos para as favelas ao redor de São Paulo, onde costumam trabalhar em indústrias.

Mas, com a competição dos artigos importados, essas fábricas foram obrigadas a efetuar cortes: o desemprego em São Paulo subiu para 16,3%, ante 10,2% em 1990. Parte desses desempregados está voltando para o campo.

O movimento dos trabalhadores rurais tornou-se o principal duto de ressentimento contra as mudanças decorrentes da abertura. O movimento organizou 279 ocupações durante os últimos três anos e tem acampamentos ilegais em 1,38 milhão de acres de terra. Mais de 51 mil famílias vivem nesses acampamentos, das quais 21 mil — ou 41% — chegaram em 1997. Episódios



Edmar Bacha: se o Japão for atingido, todos correrão para os bônus do Tesouro americano

de violência incluíram a morte de 17 sem-terra por policiais no Pará em 1996.

"Muitos dizem que somos radicais, mas afirmo que somos pateticamente moderados", garante Gilmar Mauro, um líder do movimento. "O direito de ocupar terras improdutivas não é nem um direito humano, é praticamente um direito animal, o direito de viver e comer."

Mauro, 30 anos, acredita que o mundo está dominado pelas políticas "neoliberais" dos Estados Unidos — a religião dos mercados livres. Para ele, o Brasil escolheu fazer parte desse mercado global, mas permanecerá "marginal e subjugado."

Roosevelt Roque dos Santos, que lidera um grupo representativo dos donos de terras, pensa de maneira diferente. Ele descreveu como objetivo do movimento dos lavradores o estabelecimento de um socialismo no Brasil, em lugar da reforma agrária. À pergunta sobre os tiros em Miriam, ele comentou: "Você pensa que vamos esperar essa gente com um buquê de flores?"

Na Fazenda Santa Clara, perto de São Domingos, começou uma invasão. Há centenas de pessoas em barracos improvisados, cobertos com folhas de plástico preto. Bandeiras vermelhas tremulam. O movimento é bem organizado. Caminhões trazem lenha. Crianças com o boné vermelho do movimento são levadas à escola em ônibus. O movimento organiza preces diárias.

E oferece sessões de proselitismo sobre como o neoliberalismo "produz riqueza, mas assegura a miséria", contou Celso Nespoli, médico na vizinhança: "Nós contamos a eles sobre a Ásia, mostramos como os governos são despojados de poder, se o capital internacional controlar tudo."

Os líderes do movimento são evasivos quanto à origem de seus fundos, mas indicam que o movimento sindical e a Igreja Católica são fontes.

Os sem-terra contam suas histórias. Aos 17 anos, Wilfrido Bayer, com dois filhos — um com sete meses, outro com dois anos — trabalha em fazenda por US\$ 7,00 por dia desde que saiu da escola, aos 13 anos. Agora quer "um pedaço de terra" para os filhos. Walfredo Moisés Nogueira da Silva, de Araçatuba, reclama que o governo agora exige curso secundário para os lixeiros. "Nunca recebemos educação", diz.

O governo tenta contemporizar, às vezes legaliza as ocupações quando determina que a terra em propriedades com o mínimo de 1.235 acres é improdutiva. Nesses casos, expropria a terra pelo valor de mercado. Gastou cerca de US\$ 5 bilhões para assentar 180 mil famílias em três anos e pretende assentar outras 100 mil este ano.

"O impacto social do ingresso no mercado livre pode ser muito negativo no início", reconhece Milton Seligman, presidente do Instituto de Reforma Agrária, em Brasília. "Mas a despeito do que pensa o MST, o socialismo está morto", diz. "Agora estamos no salão internacional, e não temos escolha a não ser dançar e, se encarmos o desafio, e oferecermos escolas, terra e saúde, o Brasil pode ser uma potência internacional em 15 anos."

A bandeira brasileira proclama



Jeffrey Sachs: clima adverso no Brasil, com recessão em ano eleitoral

"Ordem e Progresso", no que parece uma censura à efervescência tropical do País. Mas sonhos ambiciosos, nascidos nas Forças Armadas, têm sido um fator constante no desenvolvimento brasileiro desde 1930. Foi quando o governo autoritário do presidente Getúlio Vargas embarcou no extraordinário programa de industrialização, transformando uma economia rural em uma capaz de produzir aço, carros e aviões.

A ambição brasileira sempre causou atritos com Washington. Ainda causam. O Brasil tende a considerar o plano do presidente Clinton, de estabelecer a Alca até 2005, como uma tentativa de destruir a indústria brasileira. O governo prefere consolidar o Mercosul, bloco regional agrupando Argentina, Paraguai e Uruguai, cujo comércio quase triplicou nos últimos cinco anos, para US\$ 17 bilhões.

"Os Estados Unidos emergiram depois de 1990 com um poder tremendo", disse Malan. "Mas isso não deveria implicar a não-existência de identidades nacionais, ou que um país como o nosso não tenha uma visão de seus próprios interesses a médio prazo e o fortalecimento do Mercosul é nossa prioridade imediata."

A visita de Clinton, em outubro, quase tornou-se um fiasco, depois que autoridades locais leram um "guia comercial" publicado pelos Estados Unidos descrevendo a corrupção como "ainda endêmica na cultura" do Brasil. Políticos ultrajados disseram que o Brasil não se exporia a tal "humilhação". A frase foi rapidamente reeditada, mas os danos permanecem.

"Não acho que mudamos", disse um funcionário do governo americano: "Ainda somos os velhos americanos, gordos e alegres — o que mudou é que somos os únicos que ficaram menos tolerantes conosco, forçando-nos a caminhar com mais cuidado."

As suspeitas dos brasileiros — de que a liberação do comércio no hemisfério deve necessariamente levar a uma queda nos salários — é obviamente partilhada por muitos trabalhadores americanos. O Mercosul, contudo, envolve seus próprios problemas, fortalecendo a re-

gião, mas tornando seu conjunto vulnerável. Quase 30% das exportações argentinas vão para o Brasil, o que provoca ansiedade em Buenos Aires. Sachs, de Harvard, resume: "Uma grande crise financeira no Brasil levaria a Argentina junto."

O Brasil tem consciência desses riscos e seus esforços na privatização de empresas estatais e de permitir o estabelecimento de fundos de pensão privados, a exemplo da Argentina e Chile, agradarão a investidores internacionais. As autoridades sabem que um ressecamento nos investimentos externos e uma parada no fluxo de capitais privados, já limitados em razão da crise asiática, deixariam Brasil e Argentina em apuros.

"A reação à crise da Ásia foi decisiva", disse Daniel Gleizer, do Banco Garantia, pois "o fluxo de capitais foi retomado, embora em nível mais baixo e custo mais alto". Para ele, a questão fundamental reside no grau de adversidade que permanecerá no mercado internacional: "A Coreia do Sul ficará na nossa cabeça por algum tempo."

Ao norte de São Paulo, na prospera região de Ribeirão Preto, as pessoas mais importantes parecem ter saído de um episódio da série *Dallas*. O Brasil é um pouco arrogante sobre seu amor pelo dinheiro. Há uma energia na região, embora um pouco tosca, dando conta de um futuro que os investidores internacionais têm dificuldades em ignorar. O Brasil é um dos "cinco grandes" — junto com China, Índia, Rússia e Indonésia — cujo desenvolvimento no próximo quarto de século será crítico para os Estados Unidos.

Franca, nessa região, é a maior produtora mundial de calçados masculinos depois da China. Setenta por cento dos calçados produzidos no Brasil vão para os Estados Unidos. A cidade entrou em crise com a introdução do Plano Real, quando a moeda nacional foi cotada a US\$ 0,84 e as exportações tor-

naram-se subitamente muito caras. A abertura do mercado teve custo alto: a importação de calçados, apenas da China, atingiu US\$ 62,3 milhões em 1995, ante US\$ 7,4 milhões em 1993.

Mais de 20 fábricas foram fechadas. Quase 5 mil pessoas perderam seus empregos. Algumas fábricas mudaram-se para o Ceará, onde os salários são mais baixos. E Franca arregaçou as mangas. Miguel Heitor Bettarello, dono da Agabê, uma das maiores fábricas da cidade, diz que a empresa simplesmente teve de melhorar. Produzia 4 pares de sapatos por empregado/dia, agora chegou a 5,2 pares e, logo, a produtividade deve atingir 5,8 pares por empregado/dia. A folha de pagamentos está 20% menor e novas máquinas alemãs tornaram a produção mais rápida.

Bettarello avalia que o Real está 30% supervalorizado, a cerca de 1,11 por dólar. "Precisaríamos de 1,66 para competir com a China, mas, esquecendo a China, precisaríamos de 1,30 para competir com a Itália", embora admita que isso não vai ocorrer, a menos que o Brasil seja forçado por especuladores internacionais. "Se fecharmos nossas fronteiras, vamos retroceder; se desvalorizarmos a moeda vamos retroceder: então só nos resta lutar e provar que somos uma companhia global", disse.

A nova cultura global trará novos empregos, mas será que o Brasil vai educar sua população para conseguir esses empregos? Apesar de cinco anos de crescimento econômico e um governo reconhecidamente comprometido com reformas sociais, o Brasil continua decididamente desigual. Não está sozinho na América Latina, onde uma agência das Nações Unidas calculou que, desde 1970, a renda per capita caiu de um terço dos níveis de países do Primeiro Mundo para um quarto. O vice-presidente do Citibank, William Rhodes, recentemente, estimou que a abertura econômica reduziu o nível de pobreza em apenas um país: o Chile.

Claro que se o crescimento puder ser mantido, essa situação mudaria com o aumento da renda per capita. Essa é, talvez, a lição do Chile, primeiro a abrir a economia e atualmente o menos vulnerável a instabilidades financeiras globais.

Mas o Chile entrou no processo de duras reformas sob uma ditadura militar e, hoje, os reformistas não podem simplesmente sufocar protestos como fez o general Augusto Pinochet. No Brasil, o fim da hiperinflação permitiu que muitas famílias pobres comprassem eletrodomésticos, mas os bons tempos ficaram para trás.

Em São Paulo, crianças de rua dormem ao pé de cartazes apregoando fundos de investimento, Mitsubishi importados e "carros de aluguel a preços da Flórida". Os muros ao redor de prédios de luxo são eletrificados na medida em que a criminalidade cresce. Quando apanha ladrões, a polícia de São Paulo tem merecida reputação de atirar para matar.

Em sua visita, Clinton admitiu que as reformas promovidas por seu país podem alargar as desigualdades, e pediu aos empresários um esforço para reduzir o abismo entre pobres e ricos. Mas a verdade é que, como no Chile, será preciso esperar uma geração para que os benefícios atinjam a base da pirâmide.

Em Ribeirão Preto há novos shopping centers, novas fábricas e um ambicioso projeto para transformar o aeroporto local em vasto terminal de carga. "Ainda estamos meio longe da Califórnia, mas temos a melhor qualidade de vida do Brasil", disse o prefeito da cidade, Roberto Jabali.

Essa qualidade é, de fato, bastante inconsistente. Chegando recentemente ao aeroporto, um visitante encontrou um sinal inusitado: uma vasta poça de sangue fresco. Um professor de karatê, Edson Rogério Gonçalves, recebeu um tiro na cabeça e morreu no hospital. Os assaltantes levaram seu dinheiro e não foram apanhados.

Com o avanço da reputação californiana de Ribeirão Preto, pobres de outras regiões começaram a lotar a cidade, aumentando a criminalidade e espalhando mais favelas. "As pessoas são atraídas pelo mito", disse o secretário de Planejamento e Desenvolvimento, Cintra Chagas. "Neste mundo", completou, "está cada vez mais difícil permanecer um enclave".

TENSÃO SOCIAL AGRAVA-SE COM MAIOR DISTÂNCIA ENTRE RICOS E POBRES